

# Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Relatório Anual de Atividades –  
Exercício de 2015

Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Avenida Efigênio Sales, nº 1155,  
Parque 10  
CEP 69060-020  
Manaus-AM  
Fone: (92) 3301-8158 – Fax: (92)  
3642-8882

**PRESIDENTE**

CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA  
FILHO

**VICE-PRESIDENTE**

CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA  
COSTA JÚNIOR

**CORREGEDOR**

CONSELHEIRO ANTONIO JULIO BERNARDO  
CABRAL

**OUVIDOR**

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA  
PINHEIRO

**COORDENADOR GERAL DA ESCOLA DE  
CONTAS PÚBLICAS**

CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E  
SILVA

**PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA**

CONSELHEIRO MÁRIO MANOEL COELHO DE  
MELLO

**PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA**

CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS  
RODRIGUES DOS SANTOS

**AUDITORES**

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO  
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO  
TCE-AM**

PROCURADOR-GERAL  
ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

# SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	3
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES.....	4
1. LEGISLAÇÃO.....	5
2. JURISDIÇÃO.....	6
3. AUTUAÇÕES.....	7
a. Montante de Autuações.....	8
4. CORPO DELIBERATIVO.....	11
a. Tribunal Pleno.....	13
b. 1ª Câmara.....	13
c. 2ª Câmara.....	14
d. Gabinetes de Conselheiros e Auditores.....	15
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL.....	17
6. CORREGEDORIA.....	19
7. OUVIDORIA.....	22
8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO.....	24
9. DEPLAN.....	26
10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS.....	28
11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	32
12. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	35
13. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS.....	39
14. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO PESSOAL.....	40
15. DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO.....	43
16. SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO.....	44
17. ARQUIVAMENTO E REDUÇÃO DE ESTOQUE.....	48
18. CONCLUSÃO.....	50



## **PALAVRA DO PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Excelentíssimos Senhores Deputados,

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com previsão e competência definidas na Constituição do Estado, é o órgão que auxilia os Poderes Legislativos Estadual e Municipais no controle externo das Administrações Públicas respectivas (art. 40 e 127), tendo jurisdição em todo o território estadual e sede na capital (art. 43).

No exercício de seu mister, cumpre-lhe encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembleia Legislativa, o relatório de suas atividades, conforme dicção do art. 127, § 1º, do diploma legal supracitado, e no art. 141, § 1º, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

Destarte, em respeito ao preceito acima citado, segue Relatório Sinóptico das Atividades desta Corte de Contas, relativo à sua atividade fim, exercida pelo seu Corpo Deliberativo (Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras e Conselheiros Julgadores), Secretaria Geral de Administração, Secretaria Geral do Controle Externo, Corregedoria e Ouvidoria.

É nosso escopo com a apresentação deste relatório não apenas cumprir a legislação que nos foi incumbida, mas, sobretudo, tornar o processo de controle externo das contas públicas cada vez mais transparente e eficaz

**Conselheiro JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



## MISSÃO

A missão é o objetivo fundamental do TCE-AM, declara efetivamente a razão de sua existência, traduzindo as diretrizes gerais da organização e buscando a satisfação dos interesses e aspirações da sociedade amazonense.

“Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos por meio de ações de orientação e fiscalização em benefício da sociedade amazonense”.

## VISÃO DE FUTURO

A visão representa o futuro que o TCE-AM deseja alcançar nos próximos anos e está diretamente relacionado com seus objetivos estratégicos.

“Ser referência como órgão de controle, reconhecido junto à sociedade amazonense pela eficiência de suas ações”.

## VALORES

Os valores representam o conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que informam como devem agir no exercício de suas funções no TCE-AM.

**EFETIVIDADE** – Atuar com foco nos resultados, sem prejuízo da qualidade, assegurando o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.

**INDEPEDÊNCIA** – Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia, com base na legalidade e no interesse público.

**COMPROMETIMENTO** – Atuar de forma técnica, profissional, competente, responsável, coerente e objetiva no desempenho de suas atividades.

**RESPEITABILIDADE** – Cumprir seus objetivos institucionais com retidão e transparência para adquirir a confiança dos jurisdicionados, servidores e sociedade.

**MORALIDADE** – Primar pela probidade, responsabilidade e honestidade em benefício da sociedade.



## 1. LEGISLAÇÃO

O envio do Relatório Anual das Atividades do Tribunal de Contas do Estado à Assembleia Legislativa está determinado nos seguintes artigos:

### **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS**

“Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa.”

### **LEI ORGÂNICA (LEI N.º 2.423/1996)**

“Art. 141 - A fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma definida em seu Regimento.

§ 1º - O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º - No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.”

### **RESOLUÇÃO N.º 04/2002 - REGIMENTO INTERNO DO TCE**

“Art. 318. Os relatórios a que se refere o § 1.º do artigo 141 da Lei n.º 2.423/96 conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal, consoante os critérios determinados em Resolução específica.”



## 2. JURISDIÇÃO

No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decide sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e das despesas deles decorrentes, procedimentos licitatórios e dos termos de autorização, concessão, cessão, doação, permissão de qualquer natureza a título oneroso ou gratuito, bem como aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

O Tribunal tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Estende-se também aos órgãos, repartições, serviços e pessoas que, fora do território do Estado, completem o seu aparelho administrativo.

### MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS

Alvarães	Borba	Ipixuna	Maraã	São Paulo de Olivença
Amaturá	Caapiranga	Irاندوبا	Maués	São Sebastião do Uatumã
Anamã	Canutama	Itacoatiara	Nhamundá	Silves
Anori	Carauari	Itamarati	Nova Olinda do Norte	Tabatinga
Apuí	Careiro	Itapiranga	Novo Airão	Tapauá
Atalaia do Norte	Careiro da Várzea	Japurá	Novo Aripuanã	Tefé
Autazes	Coari	Juruá	Parintins	Tonantins
Barcelos	Codajás	Jutaí	Pauini	Uarini
Barreirinha	Eirunepé	Lábrea	Presidente Figueiredo	Urucará
Benjamin Constant	Envira	Manacapuru	Rio Preto da Eva	Urucurituba
Beruri	Fonte Boa	Manaquiri	Santa Isabel do Rio Negro	-
Boa Vista do Ramos	Guajará	Manaus	Santo Antônio do Içá	-
Boca do Acre	Humaitá	Manicoré	São Gabriel da Cachoeira	-



### 3. AUTUAÇÕES

A Divisão de Expediente e Protocolo – DIEPRO é responsável pelo recebimento, protocolo, autuação, adequação física e distribuição de documentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Conforme o Regimento Interno (RESOLUÇÃO N.º 04, DE 23 DE MAIO DE 2.002) em vigor na Corte, a DIEPRO providenciará a autuação dos documentos no prazo máximo de dois dias, devendo dar prioridade aos assuntos urgentes e àqueles para os quais sejam previstos procedimentos especiais.

Neste sentido, a DIEPRO é de fundamental importância para o funcionamento pleno do TCE/AM.

Dentre algumas ações realizadas neste Exercício de 2014, podemos destacar as seguintes:

- Autuação de aposentadorias eletrônicas, dando prosseguimento à adoção da digitalização e da conversão de documentos físicos em processos eletrônicos;
- Recebimento, protocolo e distribuição de documentos de origem interna e externa;
- Contratação, junto à ADEFA, de 02 (dois) novos colaboradores portadores de deficiência física de locomoção para realização de atividades internas nesta Divisão, ampliando a inserção desta mão-de-obra no setor, a qual até 2013 limitou-se a deficientes auditivos;
- Redistribuição de atribuições nas atividades de Recebimento Externo e Adequação Física de processos com vistas a inserir os novos colaboradores da ADEFA e aumentar a eficiência das rotinas de trabalho;
- Autuação de processos de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG's em cumprimento aos Despachos dos relatores, procedimento novo que aumentou significativamente o volume de trabalho da Divisão;
- Recebimento, acompanhamento e controle do ingresso das Prestações de Contas Anuais, cujo prazo de entrega de que dispõem os jurisdicionados expirou em 31 de março de 2014;



- Protocolamento e remessa para o Setor de Digitalização das Prestações de Contas Anuais integrantes do escopo do processo eletrônico, quais sejam, as contas das Prefeituras, Câmaras e Administração Indireta do interior do estado do Amazonas;
- Autuação, adequação física e remessa das Prestações de Contas Anuais das entidades da capital e estaduais, bem como relativas aos Regimes Próprios de Previdência – RPPS (atividade ainda em realização);
- Atendimento da 1ª Auditoria Interna da ISO 9001:2008, realizada em 09/06/2014
- Trabalho em conjunto com a DITIN na automação das Relatorias no momento da autuação das Prestações de Contas Anuais;
- Iniciação da aglutinação das Unidades Gestoras repetidas no sistema SPEDE;
- Revisão do Procedimento de Controle Interno (PCI.DIEPRO.TCE-AM.001 Rev. 07), assim como das Matrizes e do Mapeamento do Processo desta Divisão;
- Treinamento destinado aos servidores da revisão do Procedimento de Controle Interno - PCI.DIEPRO.TCE-AM.001 Rev. 07;
- Conclusão da aglutinação das Unidades Gestoras (jurisdicionados) com Razão Social repetidas no sistema SPEDE;
- Participação no processo de auditoria externa, realizada pelo Auditor Maurisérgio Ferreira Aquino, representante do *Bureau Veritas*, em 10 de novembro, referente à Certificação ISSO 9001:2008;

A seguir, apresentar-se-ão alguns dos principais resultados alcançados pela DIEPRO, que evidenciam sua performance durante o exercício de 2014.



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

DESEMPENHO DA DIEPRO E RESULTADOS OBTIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.  
Processo - Recebimento Externo e Distribuição:

MONTANTE DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS EXTERNOS					
DOCUMENTOS RECEBIDOS	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
Cartas	204	22	19	20	265
Correspondência	0	412	598	979	1989
Defesa	271	219	191	143	824
Justificativa	0	19	3	0	22
Ofício	254	306	243	272	1075
Outros	1475	1117	1050	796	4438
Requerimento	311	181	166	132	790
Total Mensal	0	2	0	0	2
<b>TOTAL GERAL</b>					12589

Fonte: Protocolo de remessa de documentos no exercício de 2014.

## Processo - Autuação:

MONTANTE DE PROCESSOS AUTUADOS					
NATUREZA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	ANUAL
ACOMPANHAMENTO DA RECEITA	0	0	1	0	1
ADMINISTRATIVO	722	592	589	598	2501
ADMISSÃO DE PESSOAL	48	11	15	12	86
ADMISSÃO DE PESSOAL PENDENTE	0	0	5	0	5
ANÁLISE DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO	3	2	0	0	5
APOSENTADORIA	779	384	519	768	2450
APOSENTADORIA/RETIFICAÇÃO	0	0	0	2	2
AUDITORIA AMBIENTAL	1	0	0	1	2
AUDITORIA DE GESTÃO FISCAL	19	17	4	4	44
AUDITORIA OPERACIONAL	1	2	0	0	3
COBRANÇA EXECUTIVA	107	85	134	131	457
COMUNICAÇÃO GERAL	0	1	0	0	1



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

CONFLITO NORMATIVO	1	0	0	0	1
CONSULTA	11	12	5	6	34
CONTRATO	0	0	2	0	2
DENÚNCIA	18	19	10	4	51
ENCAMINHAMENTO	8	1	0	0	9
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA	2	0	3	4	9
PENSÃO	156	90	152	129	527
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS	53	295	1	0	349
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO	159	190	127	122	598
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE PARCERIA	0	2	4	0	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE RESPONSABILIDADE	0	0	0	2	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS POR TÉRMINO DE GESTÃO	0	0	0	2	2
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	0	2	1	0	3
QUESTÃO JURIDICAMENTE RELEVANTE	1	0	0	0	1
RECURSO	99	118	181	428	826
REFORMA	9	8	6	8	31
REPRESENTAÇÃO	72	118	52	58	300
RETIFICAÇÃO/ REVISÃO DE APOSENTADORIA E REFORMA	22	7	22	35	86
RETIFICAÇÃO/REVISÃO DE PENSÃO	2	1	4	7	14
SOLICITAÇÃO	7	4	3	0	14
TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO - TAG	43	38	12	2	95
TOMADA DE CONTAS ANUAIS	0	4	2	0	6
TOMADA DE CONTAS DE CONVÊNIO	2	1	1	1	5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	0	0	3	0	3
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE ADIANTAMENTO	0	0	2	7	9
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONVÊNIO	60	31	20	13	124
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE OUTRAS DESPESAS	0	0	0	1	1
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO TERMO DE PARCERIA	0	0	10	0	10
TRANSFERÊNCIA	53	14	18	42	127
<b>TOTAL</b>	<b>2458</b>	<b>2049</b>	<b>1908</b>	<b>2387</b>	<b>8802</b>

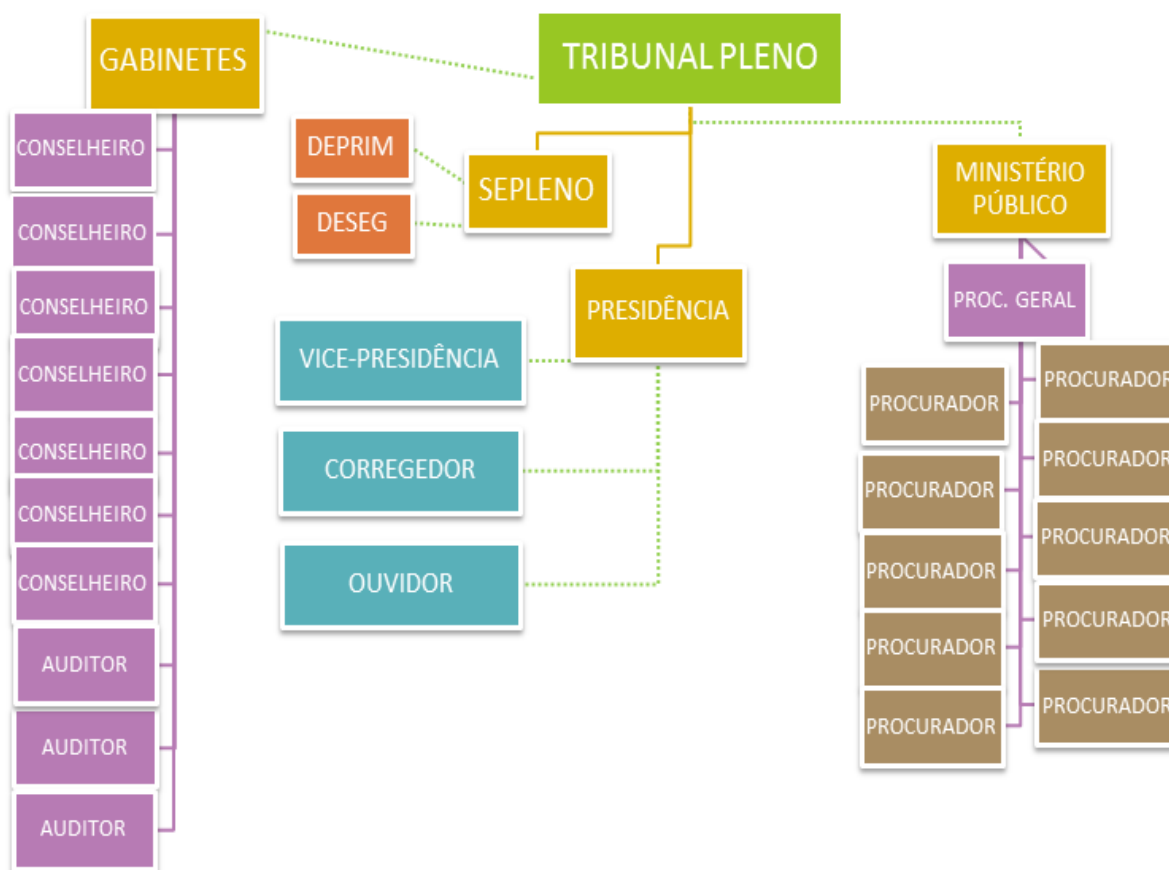
Fonte: Relatório do Sistema do SPEDE de autuações por Local e Período de Autuação (01/01/2014 a 31/12/2014).



## 4. CORPO DELIBERATIVO

O Corpo Deliberativo do TCE é composto pelo Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras. O Tribunal Pleno e as duas Câmaras reúnem-se, respectivamente, a cada semana e quinzena, em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias, sempre com a presença de um representante do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado.

### CORPO DELIBERATIVO



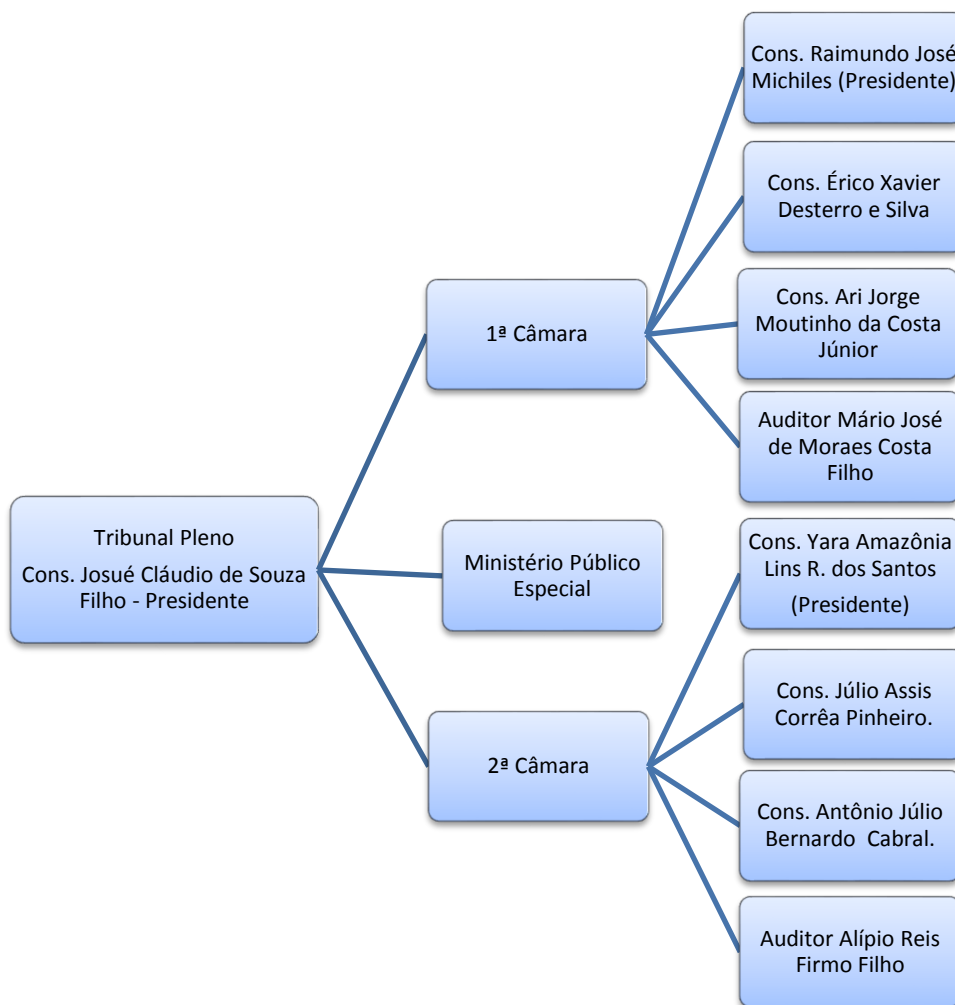
O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos seus Conselheiros, sendo indispensável a presença de, no mínimo, quatro Conselheiros para seu funcionamento. As sessões do Tribunal Pleno serão presididas pelo Presidente do Tribunal e, no seu impedimento, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral e pelo Conselheiro mais antigo.



A 1ª Câmara é composta pelos Conselheiros Raimundo José Michiles (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e o Auditor Mario José de Moraes Costa Filho.

Durante o exercício de 2014 houve modificação no Corpo Deliberativo da 2ª Câmara em razão da aposentadoria do então Conselheiro Corregedor Lúcio Alberto de Lima Albuquerque e da posse da então Auditora Yara Amazônia Lins R. dos Santos no cargo de Conselheira deste Tribunal de Contas.

Atualmente, a 2ª Câmara é composta pela Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente) em conjunto com os Conselheiros Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Antônio Júlio Bernardo Cabral e o Auditor Alípio Reis Firmo Filho.



Os quadros a seguir apresentam os Relatórios de Atividades do Tribunal Pleno, da 1ª e 2ª Câmaras.

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO  
EXERCÍCIO DE 2014**

TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	
PAUTA ADMINISTRATIVA	406
PAUTA ORDINÁRIA	1150

Fonte: SEPLENO

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA PRIMEIRA CÂMARA - DEPRIM  
EXERCÍCIO DE 2014**

PROCESSOS RECEBIDOS	11.249
PROCESSOS ENCAMINHADOS	11.813
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR RELATORES	1.800
CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES	455
CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA	269
CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR	446
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	447
AUDITORA YARA LINS RODRIGUES DOS SANTOS <sup>1</sup>	183
PROCESSOS JULGADOS POR RELATORES:	2.325
CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES	863
CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA	400
CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR	407
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	414
AUDITORA YARA LINS RODRIGUES DOS SANTOS <sup>2</sup>	241
PROCESSOS PERMANECIDOS OU SOBRESTADOS:	475
OFÍCIOS EXPEDIDOS:	1.180
MEMORANDOS EXPEDIDOS:	110
EXTRATO DAS DECISÕES/ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO D.O.E.	2.505

<sup>1</sup> Valores referentes ao período em que a Conselheira Yara Amazônia Lins R. dos Santos ainda exercia o cargo de Auditora desta Corte.

<sup>2</sup> Idem.



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

EXTRATO DAS DECISÕES/ACÓRDÃOS AGUARDANDO PUBLICAÇÃO NO D.O.E.	1.956
SESSÕES REALIZADAS	14
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL	12

Fonte: DEPRIM

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA SEGUNDA CÂMARA - DESEG  
EXERCÍCIO DE 2014

PROCESSOS RECEBIDOS	10.785
PROCESSOS ENCAMINHADOS	11.633
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	1.939
CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS R. DOS SANTOS	307
CONSELHEIRO ANTÔNIO JÚLIO BERNARDO CABRAL	528
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO	522
CONSELHEIRO LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE	193
AUDITOR ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	497
<b>PROCESSOS JULGADOS ESPECIFICADOS POR CONSELHEIROS:</b>	<b>1.880</b>
CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS R. DOS SANTOS	323
CONSELHEIRO ANTÔNIO JÚLIO BERNARDO CABRAL	452
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO	515
CONSELHEIRO LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE	194
AUDITOR ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	349
ATA:	23
ESTOQUE DE PROCESSOS AGUARDANDO OFÍCIOS RECIBADOS, DISTRIBUIÇÃO, PRAZOS E SOBRESTADOS	240
PROCESSOS PUBLICADOS NO D.O.E:	1.900

Fonte: DESEG



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

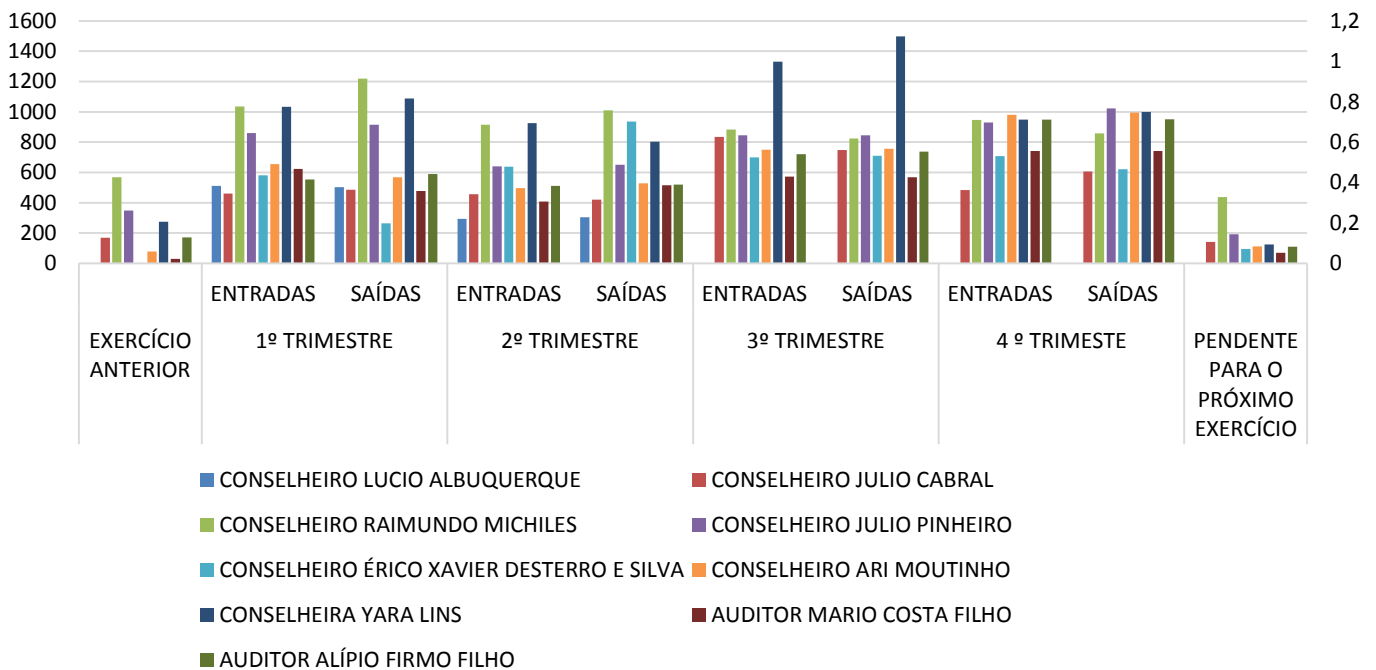
**ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES**

ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES												
SETOR	ANO ANTERIOR	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANUAL		PRÓXIMO ANO
		ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	
CONS. LUCIO ALBUQUERQUE	2	511	502	293	304	0	0	0	0	804	806	0
CONS. JULIO CABRAL	168	460	486	457	421	835	748	483	606	2235	2261	142
CONS. RAIMUNDO MICHILES	568	1036	1219	914	1009	883	824	946	858	3779	3910	437
CONS. JULIO PINHEIRO	349	859	914	641	650	845	846	930	1022	3275	3432	192
CONS. ÉRICO DESTERRO	0	581	264	638	937	699	709	708	621	2626	2531	95
CONS. ARI MOUTINHO JR.	77	655	569	497	527	750	757	981	995	2883	2848	112
CONS. YARA LINS	275	1034	1089	925	803	1332	1498	948	1000	4239	4390	124
AUDITOR MARIO COSTA FILHO	29	623	477	407	516	573	569	741	741	2344	2303	70
AUDITOR ALÍPIO FIRMO FILHO	171	553	590	512	519	721	737	949	951	2735	2797	109
TOTAL DE ENTRADAS		6312		5284		6638		6686		24920		
TOTAL DE SAÍDAS			6110		5686		6688		6794		25278	
TOTAL DE REMANES. DO PERÍODO PASSADO	1639											
TOTAL DE PENDENTES PARA O PRÓXIMO PERÍODO												1281

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS E AUDITORES	
TOTAL DE REMANESCENTES ANO ANTERIOR	1639
TOTAL DE ENTRADAS	24920
TOTAL DE SAÍDAS	25278
TOTAL DE PENDENTES PARA O ANO SEGUINTE	1281



### Relatório Anual de Movimentação de Processos de Conselheiros e Auditores - 2014





## 5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas é um Ministério Público Especial, portanto, órgão distinto dos demais Ministérios Públicos abrangidos pelo art. 128 da Constituição da República.

O art. 130 da Carta Magna concebeu o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas como um órgão especial, mas concedeu a ele os mesmos direitos, vedações e forma de investidura, relativos ao Ministério Público Comum.

Aliás, a natureza *sui generis* do Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas correlaciona-se diretamente com o caráter também especial e de instituição independente (dos poderes constituídos) atribuído aos Tribunais de Contas pela Constituição Federal em seus arts. 70 a 75.

Ao Ministério Público Especial junto aos Tribunais de Contas compete promover, no âmbito da jurisdição da Corte de Contas, a defesa da ordem jurídica, visando, como órgão da lei e fiscal de sua execução, assegurar a observância dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pela Administração Pública.

Sua Chefia cabe ao Procurador-Geral de Contas, nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos. A competência do Ministério Público Especial está prevista nos artigos 113 e 114 da Lei n. 2423/96.

Composição:



---

*Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva (Procurador-Geral)*

---

*Evanildo Santana Bragança*

---

*Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça*

---

*Evelyn Freire de Carvalho*

---

*Ademir Carvalho Pinheiro*

---

*Carlos Alberto Souza de Almeida*

---

*Elizângela Lima Costa Marinho*

---

*João Barroso de Souza*

---

*Ruy Marcelo Alencar de Mendonça*

---

*Elissandra Monteiro Freire de Menezes*

---



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS PROCURADORES DO MPE  
EXERCÍCIO – 2014**

Procurador	Processos Remanescentes do Trimestre Anterior	Processos Recebidos no Trimestre		Total de Entradas	Parecer	Outras Manifestações	Sem Manifestação	Total de Saídas	Processos Pendentes de Manifestação
		Distribuídos	Retorno						
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva	41	657	555	1212	622	241	380	1243	10
Carlos Alberto Souza de Almeida	12	682	210	892	311	149	444	904	0
Evanildo Santana Bragança	32	718	544	1262	698	274	295	1267	27
Elizângela Lima C. Marinho	25	610	407	1017	537	128	362	1027	15
João Barroso de Souza	35	678	455	1133	474	176	514	1164	4
Elissandra M. F. Menezes	22	692	397	1089	496	298	312	1106	5
Ademir Carvalho Pinheiro	220	481	587	1068	861	44	321	1226	62
Ruy Marcelo A. de Mendonça	58	773	334	1107	617	246	235	1098	67
Fernanda C. Veiga Mendonça	14	678	362	1040	624	124	289	1037	17
Evelyn F. de Carvalho	0	616	505	1121	783	55	283	1121	0
<b>TOTAL</b>	<b>459</b>	<b>6585</b>	<b>4356</b>	<b>10941</b>	<b>6023</b>	<b>1735</b>	<b>3435</b>	<b>11193</b>	<b>207</b>

Fonte: Diretoria do Ministério Público de Contas

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO MPE  
EXERCÍCIO DE 2014**

Competência	Pareceres	Outras Manifestações	Sem Manifestação	TOTAL
Tribunal Pleno	1642	1010	1801	4453
Câmaras	4381	725	1634	6740
<b>TOTAL</b>	<b>6023</b>	<b>1735</b>	<b>3435</b>	<b>11193</b>

Fonte: Diretoria do Ministério Público de Contas



## 6. CORREGEDORIA

A Corregedoria-Geral tem a missão de proceder ao acompanhamento, avaliação e fiscalização da atuação do TCE/AM e do cumprimento de suas deliberações, assim como do desempenho, postura, comportamento ético, produção e produtividade dos seus diversos setores e servidores, conforme disposto no artigo 32 da Resolução n. 04, de 05 de maio de 2002.

As funções da Corregedoria-Geral até meados do 2º Trimestre foram exercidas pelo Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, porém, com sua aposentadoria no mês de junho, foi eleito o novo Conselheiro Corregedor-Geral Antonio Julio Bernardo Cabral para o biênio 2014/2015.

Destaque-se que, durante o exercício de 2014, a Corregedoria Geral desta Corte de Contas, além de realizar as tarefas habituais como recebimento, análise e tramitação de processos recebidos, conquistou a aprovação pelo Tribunal Pleno, na sessão realizada em 11 de dezembro de 2014, de Anteprojeto de Resolução que altera a Resolução n. 16, de 12 de julho de 2012, bem como do seu Manual das Atividades da Corregedoria, constantes do Processo TCEAM n. 4555/2014, de forma a uniformizar e normatizar as atividades daquele órgão.

Na tabela abaixo, a Corregedoria apresenta dados de produtividade de outros setores desta Corte.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CORREGEDORIA - EXERCÍCIO 2014						
Local de Origem	Entrada / Saída de Documentos	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	ANUAL
GCJC	Processos Remanescentes do mês anterior	465	449	793	625	2332
	Entrada de Processos	460	457	835	483	2235
	Saída de Processos	486	421	748	606	2261
	Processos Pendentes de Apreciação	439	485	980	502	2406
PLENO	Total de Processos Julgados - Pauta Administrativa	72	125	132	137	466
	Total de Processos Julgados - Pauta Ordinária	238	315	308	229	1090
DIARQ	Total de Processos Arquivados	3241	2810	3006	3308	12365
	Total de Processos Expedidos	590	403	820	932	2745
	Total de Consultas no Arquivo	4500	5650	5650	6650	22450
DEPRIM	Processos Recebidos	3110	3301	2396	2442	11249
	Processos Encaminhados	3791	3002	2801	2219	11813
	Processos Distribuídos	518	342	311	397	1568
	Processos Julgados	444	709	498	556	2207
	Processos Sobrestados	146	912	675	475	2208



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

	Ofícios Expedidos	282	246	266	386	1180
	Memorandos Expedidos	13	24	18	55	110
	Processos Publicados no DOE	311	752	706	736	2505
	Processos Aguardando Publicação	1808	2011	1847	750	6416
	Notificação por Edital	4	17	6	12	39
<b>DESEG</b>	Processos Recebidos	2522	2503	3279	2481	10785
	Processos Encaminhados	3129	2557	3365	2582	11633
	Processos Distribuídos	638	429	432	310	1809
	Processos Julgados	389	555	521	487	1952
	Ata	5	7	6	5	23
	Processos Publicados no DOE	526	513	621	240	1900
	Processos Aguardando Publicação	1565	1437	1244	1162	5408
<b>DIJUR</b>	Processos Recebidos	352	206	260	198	1016
	Parecer	260	176	240	179	855
	Diligência	21	12	15	7	55
	Informação	3	45	31	67	146
	Processos sem Manifestação	26	4	1	0	31
<b>CONSUL-TEC</b>	Entrada de Processos	20	25	115	63	223
	Entrada de Ofícios de Câmara	9	3	4	0	16
	Manifestação ao SIP	8	7	24	5	44
	Informação em Resolução	5	2	1	7	15
	Anteprojeto de Resolução	3	2	0	1	6
	Informação em Termo de Cooperação Técnica	3	3	68	5	79
	Informação Diversa	7	8	4	9	28
Relatório Conclusivo de Consultas	9	14	2	4	29	
<b>SECEX</b>	Total de Inspeções Extraordinárias	3	0	1	2	6
	Total de Processos do Mês Anterior	10	17	55	14	96
	Total de Entrada de Processos	72	57	68	134	331
	Total de Saída de Processos	70	50	74	138	332
	Total de Processos p/ o Mês Seguinte	12	24	49	10	95
	Total de Expedientes Recebidos	618	839	797	674	2928
	Total de Expedientes Despachados	580	801	762	644	2787
Total de Expedientes Expedidos	327	652	459	239	1677	
<b>SEGER</b>	Total de Movimentação de Correspondências	6739	7484	7473	7458	29154
	Total de Movimentações Diversas	52	66	108	155	381
<b>DIDOC</b>	Total de Publicações Recebidas	415	534	576	578	2103
	Total de Consultas Realizadas	818	1009	1697	1864	5388
<b>DISA</b>	Total de Atestados	412	489	504	374	1779
	Total de Licenças	0	0	0	0	0
	Total de Consultas	850	1138	1257	836	4081
	Total de Medicação	464	494	728	538	2224
	Total ECG	38	35	28	44	145
	Total de Aferição de P.A.	156	156	156	156	624
	Total de Verificação de Temperatura	0	9	8	14	31
	Total de Medicação de Glicemia	26	20	30	40	116
	Aplicação de Medicamento injetável	9	17	28	23	77
Total de Curativos	13	17	17	24	71	



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

	Análise de Atestado Externo	423	270	296	222	1211
	Outros Procedimentos	3	2	5	17	27
	Outros/Adm	28	25	22	16	91
DIDONT	Total de Exames	191	157	253	224	825
	Total de Reconsultas	327	277	320	478	1402
	Total de Exodontias	34	13	27	48	122
	Total de Sulturas	28	10	24	37	99
	Total de Rest. De Amálgama	3	11	0	0	14
	Total de Rest. De Resina	534	393	601	741	2269
	Total de Tartarectomias	644	562	718	572	2496
	Total de Profilaxia	660	648	762	591	2661
	Total de Flúor	473	393	392	324	1582
	Total de RX	79	85	102	65	331
	Total de Curativos	146	107	152	163	568
	Total de Pequenas Cirurgias	6	39	15	15	75
	Total de Grandes Cirurgias	2	1	0	0	3
	Total de Pulpotomias	60	30	6	8	104
	Total de Selantes	37	105	31	27	200
	Total de Urgências	47	32	58	45	182
	Total de Canais	135	76	32	62	305
	Total de Atestados	70	37	50	92	249

Fonte: Corregedoria



## 7. OUVIDORIA

As funções de Ouvidor-Geral foram exercidas até o mês de junho pelo Conselheiro Antônio Júlio Bernardo Cabral, porém, este renunciou ao cargo para assumir a Corregedoria-Geral desta Corte, conforme mencionado acima, ato contínuo, o Conselheiro Sr. Júlio Assis Correa Pinheiro foi eleito para o término do biênio 2014/2015 nesta função.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM, criada através da Resolução N.º 02 de 09 de fevereiro de 2006, é o canal de comunicação de rápido e fácil acesso entre o Tribunal, a sociedade e demais interessados, seus principais objetivos são:

- Ampliar o controle social das atividades desenvolvidas pelo TCE-AM;
- Fortalecer a cidadania e a democracia participativa;
- Ser um canal de comunicação e fácil acesso a informação em relação aos anseios e sugestões dos cidadãos-usuários;
- Oferecer insumos para as auditorias realizadas pelo TCE – AM.

A Ouvidoria do TCE-AM é um serviço de participação social, disponível ao cidadão, para que este possa oferecer denúncias, críticas, sugestões e/ou até elogios às atividades desenvolvidas pelo TCE-AM e jurisdicionados; contribuindo dessa forma para o fortalecimento da cidadania, democracia participativa e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Está disponível a toda Sociedade Amazonense, tanto na capital, quanto ao mais longínquo interior do Estado, bem como aqueles que mesmo fora do Estado detenham informações que forneçam insumos as auditorias do TCE-AM ou procurem informações pertinente as suas atribuições. Os meios de entrada são os mais diversos, cartas, e-mails, telefones, pessoalmente, ou pelo próprio endereço eletrônico do Tribunal, tudo de forma a facilitar a participação popular.

Assim sendo, a legitimidade para propor tais ações no TCE-AM fica clara em seu Regimento Interno, que assim dispõe no art. 279, *in verbis*:

**“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma da lei denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, sobre administradores e demais responsáveis por dinheiro público estaduais e municipais.” (grifo nosso).”**



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

Quadro comparativo de demandas recebidas, encerradas, aguardando verificação “in loco” e que resultaram em processos durante o exercício de 2014:

Exercício de 2014	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Demandas Encerradas	18	41	34	52	<b>145</b>
Demandas Aguardando Verificação "in loco"	3	26	18	4	<b>51</b>
Demandas Aguardando Resposta	16	29	18	7	<b>70</b>
Demandas que Resultaram em Processos	3	1	4	4	<b>12</b>
<b>Total de Demandas Computadas</b>	<b>40</b>	<b>97</b>	<b>74</b>	<b>67</b>	<b>278</b>

### FORMAS DE ACESSO À OUVIDORIA

Quadro comparativo dos meios de acesso à Ouvidoria utilizados pelos usuários durante o exercício de 2014:

Exercício de 2014	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Site	9	38	24	14	<b>85</b>
E-mail	17	15	11	9	<b>52</b>
Telefone	3	1	0	0	<b>4</b>
Atendimento Pessoal	2	0	1	0	<b>3</b>
Caixa de Sugestão	9	4	2	4	<b>19</b>
Correspondência	0	13	0	6	<b>19</b>
<b>Total Geral</b>	<b>40</b>	<b>71</b>	<b>38</b>	<b>33</b>	<b>182</b>

### FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Quadro comparativo das formas de manifestação que ocorreram no exercício de 2014:

Exercício de 2014	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Comunicação de Irregularidade	18	38	24	20	<b>100</b>
Elogio	2	0	2	2	<b>6</b>
Informação	8	13	6	3	<b>30</b>
Mídia	0	0	0	0	<b>0</b>
Reclamação	6	13	2	8	<b>29</b>
Sugestão	2	0	3	0	<b>5</b>
Consulta	4	7	1	0	<b>12</b>
<b>Total Geral</b>	<b>40</b>	<b>71</b>	<b>38</b>	<b>33</b>	<b>182</b>



## **8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO**

A Diretoria da Consultoria Técnica (CONSULTEC), instituída nos termos da Lei 3.138, de 28 de junho de 2007, subordina-se hierarquicamente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado e recebe apoio administrativo da Secretaria Geral de Administração.

A CONSULTEC tem como finalidade emitir relatórios, laudos técnicos, pareceres ou informações, sobre questões submetidas a seu exame em assuntos de natureza jurídica, bem como, executar outras atribuições determinadas pelo Conselheiro Presidente ou pelo Tribunal Pleno; assistir e assessorar o Presidente, os Conselheiros, os Auditores e demais setores do Tribunal nas matérias de sua competência.

A Diretoria do Departamento Jurídico (DIJUR) é subordinado à CONSULTEC e cumpre a função de dar assessoria técnica à Presidência em todos os processos administrativos cujo relator é o Conselheiro Presidente, e, também, de emitir pareceres, nos quais aprecia a legalidade e a possibilidade jurídica de atendimento do pedido, antes de ser submetido a julgamento pelo Colendo Tribunal Pleno.

Afora os pareceres, diligências são formuladas com a finalidade melhor instruir os autos e atender às determinações legais impostas pela legislação quanto à instrução dos processos.

A DIJUR atua no acompanhamento de ações judiciais, em nome desta Corte de Contas, que estão em trâmite no Poder Judiciário, em nome da Corte de Contas e auxilia, ainda, a Secretaria Geral de Administração na elaboração dos termos de obrigações, contratos e convênios firmados pelo Tribunal, e sempre que solicitado, na elaboração dos atos normativos desta Corte.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CONSULTEC  
EXERCÍCIO DE 2014**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>Anual</b>
Entrada de Processos	17	20	115	63	<b>215</b>
Relatório Conclusivo de Consulta	9	9	2	4	<b>24</b>
Informação Diversa	7	7	4	9	<b>27</b>
Informação em Termo de Cooperação Técnica	3	3	68	5	<b>79</b>
Manifestação de SIP - Sistema de Informação Pública	8	8	24	5	<b>45</b>
Informação em Resolução	5	5	1	7	<b>18</b>
Exposição de Motivos	4	0	0	2	<b>6</b>
Anteprojeto de Resolução	3	3	0	0	<b>6</b>
Acordo de Cooperação Técnica	1	1	0	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>214</b>	<b>95</b>	<b>422</b>

Fonte: CONSULTEC

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIJUR  
EXERCÍCIO DE 2014**

<b>PROCESSOS PARA ANÁLISE</b>					
<b>ATIVIDADE</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>Anual</b>
<b>ENTRADA</b>	<b>352</b>	<b>206</b>	<b>260</b>	<b>198</b>	<b>1016</b>
<b>SAÍDA</b>	<b>308</b>	<b>219</b>	<b>262</b>	<b>201</b>	<b>990</b>
Parecer	260	176	240	179	855
Diligência	21	12	15	7	55
Informação	03	45	31	67	146
Sem Manifestação	24	4	1	0	29
<b>TOTAL</b>	<b>968</b>	<b>662</b>	<b>809</b>	<b>652</b>	<b>3091</b>

Fonte: DIJUR



## 9. DEPLAN

O Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) tem como atribuições, entre outras, coordenar e articular o processo do Planejamento Estratégico com a formulação de planos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal; desenvolver ações para a melhoria da qualidade das metodologias utilizadas nos planejamentos globais e setoriais do Tribunal; promover a avaliação sistemática dos planos e sua integração com as diretrizes do Tribunal; acompanhar o desenvolvimento dos planos e das metas das unidades do Tribunal.

Apraz-nos relatar, sucintamente, as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Planejamento e Organização no exercício de 2014:

1. Compilação das informações prestadas pelos Setores deste Tribunal referentes aos meses de JANEIRO A DEZEMBRO de 2014, para inserção do sistema SPLAN (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas);
2. Reuniões com o Secretário Geral; o Secretário de Controle Externo, e com membros do Comitê Gestor da Qualidade e Chefes de outros setores do TCE, para definição de estratégias para execução do Planejamento Estratégico 2012-2016 deste Tribunal;
3. Reuniões com os servidores lotados no DEPLAN, para definição das atividades que serão desenvolvidas para a execução do Planejamento Estratégico 2012-2016;
4. Visita a setores deste Tribunal, como SECEX, DICOP e DEATV, com a finalidade de alinharmos novas ações a serem desenvolvidas visando a aceleração da redução do estoque, em razão dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico 2012-2016;
5. Fiscalização do contrato com a Empresa da plataforma digital “CHANNEL” para inserção e monitoramento de projetos;
6. Expedição de Informações em requerimentos e/ou processos, atendendo determinação da Presidência, no que diz respeito ao Programa de Produtividade e ao Planejamento Estratégico, bem como demais matérias pertinentes ao DEPLAN;
7. Contatos com representantes da SEPLAN sobre o Sistema de Planejamento (SPLAN) e informações dos novos procedimentos que deverão ser adotados para a alimentação do mesmo por este Órgão e sobre a revisão do PLANO PLURIANUAL 2012-2015;
8. Alimentação do Sistema de Planejamento (SPLAN) com as revisões realizadas no PLANO PLURIANUAL 2012-2015
9. Participação em Cursos, Palestras e Cerimônias;



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

10. Consolidação dos Relatórios de Produtividade de todos os setores deste Tribunal referentes aos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício;

11. Atualização mensal e encaminhamento à Presidência de Relatório referente ao Objetivo Estratégico de Redução de Estoque, janeiro a dezembro de 2014.

12. Realização de estudos visando a implementação de novos projetos e planos de ações para as áreas de controle externo e administração interna desta Corte;

13. Elaboração de proposta a ser apresentada à Presidência desta Corte sugerindo novos objetivos estratégicos a serem trabalhados a partir do primeiro semestre de 2015.

**Fonte: DEPLAN**



## 10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECP/AM, criada pela Lei nº. 3.452 de 10 de dezembro de 2009, destina-se ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como à realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados.

Tem a missão de impulsionar e desenvolver a função pedagógica do Tribunal de Contas, orientando seu quadro de servidores e jurisdicionados para prática de atos administrativos eficazes, através de programas de aperfeiçoamento e qualificação, e ainda, fortalecer a participação cidadã no processo fiscalizatório. As funções de Coordenador Geral da ECP são exercidas pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, eleito para o Biênio 2014/2015.

Abaixo, as atividades realizadas pela Escola de Contas Públicas no período de 13 de janeiro a 31 de dezembro de 2014:

<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 13 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014.</b>
<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 13 DE JANEIRO A 31 DE JANEIRO DE 2014.</b>
Elaboração da minuta do edital de seleção do projeto de Mestrado.
Conclusão do Levantamento de Necessidade de Treinamento para o exercício de 2014.
Análise todas as solicitações de treinamentos em conformidade com a demanda dos setores.
Levantamento das Instituições que realizam treinamentos, cursos, oficinas, fóruns, seminários e outras atividades correlatas para atender as atividades da ECP.
Catologação dos materiais didáticos para atualização e pesquisas de novos cursos para atender a proposta do PAT 2014.
Planejamento da aula inaugural da ECP, para o ano letivo de 2014.
Planejamento do treinamento com o jurisdicionado do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE.
Solicitação a manutenção e suporte de informática para ajustes (luz, computador, ligação de rede e outros) Conferência do material permanente e Alocação dos servidores para atuarem na ECP.
Treinamento e integração do corpo técnico e administrativo da ECP.
Elaboração do plano de trabalho interno com distribuição de tarefas.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

Realização do treinamento com os Instrutores da ECP.
Reunião com os departamentos: DEGESP e DETIN para organização dos ajustes de programas voltados para os servidores.
Visitas técnicas nas Escolas de Contas dos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina. *Sem ônus para o TCE-AM
<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 DE FEVEREIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2014.</b>
Execução do treinamento para os jurisdicionados do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE. Realização de três turmas.
Realização do treinamento: Processos e Documentos no SPEDE. Turma 1.
Reunião com a comissão responsável pela realização do Processo Seletivo de Estagiários.
Elaboração e publicação do edital do Processo Seletivo de Estagiários.
Elaboração e publicação do edital de Credenciamento dos Instrutores.
Confecção de apostilas para treinamentos das turmas: SAAE e FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS
Reuniões com secretarias municipais e estaduais e demais entidades objetivando a realização de parcerias.
Inscrições para treinamentos das turmas dos jurisdicionados das Câmaras Municipais.
Elaboração de minuta de termo de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado.
Elaboração de minuta de termo de cooperação técnica com: SEDUC, SEAD, UEA e AAM (Associação dos Municípios do Amazonas).
<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 06 DE MARÇO A 31 DE MARÇO DE 2014</b>
Curso de Prestação de Contas e Portal E-Contas destinado aos Fundos Previdenciários.
Curso de Prestação de Contas e Portal E-Contas destinado às Câmaras Municipais.
Encontro de Prefeitos.
Aula Inaugural.
Oficina de Aperfeiçoamento de instrutores.
PCJAM – Centro de mídias da UEA.
Conclusão do Plano Anual de Treinamento de 2014.
Primeira Turma de Curso de Processos e Documentos SPEDE.
Promoção do Curso “Termo de Referência e Projeto Básico”, oferecido pela JAM Jurídica.
<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE ABRIL DE 2014.</b>
Curso de Sistema de Registro de Preços à Luz do Decreto n. 7892/2013.
Mod. I Direito Administrativo para servidores públicos: Aspectos práticos.
Mod. II Contratos Administrativos: Gestão e Fiscalização dos Contratos e Fiscalização e Sanções.
Mod. III Questões polêmicas sobre Licitações e Contratos (Posicionamento dos TCE’s e TCU). Controle Interno: Estruturação e Funcionamento.
Mod. IV Questões polêmicas sobre Sistema de Controle Interno e o Posicionamento dos Tribunais. Boas práticas do gestor em ano eleitoral: Análise da LRF e da Lei Eleitoral.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

Mod. V Contabilidade aplicada ao setor público. Auditoria no âmbito governamental.
PCJAM – Palestra: Portal da Transparência: Estruturação e Requisitos Mínimos.
PCJAM – Palestra: Elaboração de Edital de Licitações e Termo de Referência.
PCJAM – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação: Aspectos práticos, Técnicos e Jurídicos à Luz do Tribunal de Contas.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 31 DE MAIO DE 2014.
Palestra: Portal da Transparência: Estruturação e Requisitos Mínimos.
Palestra: Elaboração de Edital de Licitações e Termo de Referência.
Palestra: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação: Aspectos práticos, Técnicos e Jurídicos à Luz do Tribunal de Contas.
Palestra: Instrução do Processo de Prestação de Contas e Portal E-CONTAS.
Curso de Informática para patrulheiros.
PCJAM-Palestra: Portal da Transparência: Estruturação e Requisitos Mínimos.
Palestra: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação: Aspectos práticos, Técnicos e Jurídicos à Luz do Tribunal de Contas.
Palestra: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação: Aspectos práticos, Técnicos e Jurídicos à Luz do Tribunal de Contas.
IPTV-Programa de Capacitação dos Jurisdicionados do Estado do Amazonas Direitos e Deveres dos Servidores Públicos.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE JUNHO DE 2014
Programa de Capacitação dos Jurisdicionados do Estado do Amazonas: Palestra-Convênios, Celebração, Execução e Prestação de Contas.
Controle de versão CO GIT – Dias 09, 10 e 11/06/2014.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE JULHO DE 2014.
Curso ITIL V3 – Semana de Gestão Pública – Tecnologia da Informação. 21 a 25/07.
A Nova Lei das Receitas e Despesas com a Saúde. 21 a 22/07.
Excelência no atendimento ao cidadão. 28 a 31/07.
Educação Financeira. 15/07.
Oficina de Relacionamento Interpessoal. 17/07.
Noções gerais de implantação e gestão do controle interno. Jurisdicionado. 14 a 18/07. Centro de Mídia. UEA.
Sistema de Atos de Pessoal – SAP e E-CONTAS. 21 a 25/07. Polo: Tabatinga.
Previdência Social dos Servidores Públicos. 15h. 28/07 a 01/08 Centro de Mídia. UEA.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE AGOSTO DE 2014.
Contratos Administrativos – Execução, Gestão e Fiscalização. 20 a 22/08.
Oficina de Capacitação para Instrutores. 26 a 27/08.
Excelência no atendimento ao cidadão. 28 a 29/08.
Obras Públicas: elaboração de projeto básico e projeto executivo. 04 a 08/08.
Obras Públicas: o papel do fiscal de obras. 04 a 08/08.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

Obras Públicas: elaboração de projeto básico e projeto executivo. 11 a 15/08.
Obras Públicas: o papel do fiscal de obras. 18 a 22/08.
Sistema de Atos de Pessoal – SAP e E-CONTAS. 26 a 28/08.
Admissão de Pessoal: Concurso Público, Contratação Temporária e Terceirização. 11 a 15/08.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2014
Auditoria de Licitação e Contratos. 08 a 09/09.
Informática básica. Word 2010. 01 a 09/09.
Informática Básica. Excel 2010. 22/09 a 10/10.
Semana de Gestão Pública e Capacitação de Servidores – Obras Públicas Avaliação de Imóveis. 22 a 26/09.
Encontro Técnico – Tribunal de Contas da União. Tema: Governança para o Desenvolvimento Nacional Sustentável. 16/09.
Relação Interpessoal e Gestão de Conflitos. 30/09 a 03/10.
Licitação e Contratos. 22 a 26/09.
Sistema de Atos de Pessoal – SAP e E-CONTAS. 01 a 02/09.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Seminário de Liderança Condor Blanco (Para Gestores) 01 e 02/10.
Gestão Patrimonial e Planejamento de Material no Setor Público 02 e 03/10.
Relatórios e Pareceres Técnicos 16 a 18/10.
Lei de Responsabilidade Fiscal 6 a 10/10.
Informática Excel Avançado.
Inglês (outubro).
Atendimento ao Cidadão – SUSAM – SPA Coroadó. 6 a 10/10.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE NOVEMBRO DE 2014.
Congresso Amazônico de Gestores Públicos – Governança pública e profissionalização no serviço público.
Execução Orçamentária, Patrimonial e Financeira no Serviço Públicos – Administração Financeira e Orçamentária – Centro de Mídia – SEDUC.
Execução no atendimento ao cidadão-SUSAM.
Curso de Informática – Módulo de Word Avançado.
Reequilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos.
ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS NO PERÍODO DE 01 A 30 DE DEZEMBRO DE 2014
Encontro Técnico entre os Tribunais de Contas e o Ministério da Previdência Social.
Capacitação: Reequilíbrio econômico e financeiro.
PCJAM – Concessão de diárias e passagens e receitas vinculadas à saúde e à educação.
Boas práticas de Gestão e Fiscalização de Contratos.
Encerramento do calendário acadêmico da Escola de Contas Públicas Ano-2014.



## 11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Geral de Administração (SEGER), subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal, tem por finalidade:

- Dar apoio administrativo à Direção-Geral, ao Corpo Deliberativo e ao Ministério Público;
- Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessários ao funcionamento do Tribunal.

A Secretaria Geral de Administração é dirigida por um Secretário-Geral, bacharel em Direito, Contabilidade, Administração ou Economia, de livre nomeação do Presidente do Tribunal e constituída das seguintes Diretorias, Departamentos e Comissões:

I – Diretoria de Recursos Humanos - DRH, composta por:

- a) Departamento de Gestão Estratégica – DEGESP
- b) Departamento de Pessoal e Documentação – DEPED,
- c) Divisão de Serviços da Saúde – DISA
- d) Divisão de Serviços Odontológicos – DIDONT
- e) Divisão de Assistência Social – DIAS
- f) Divisão de Preparação de Folha – DIPREFO
- g) Divisão de Registro de Pessoal – DIREG

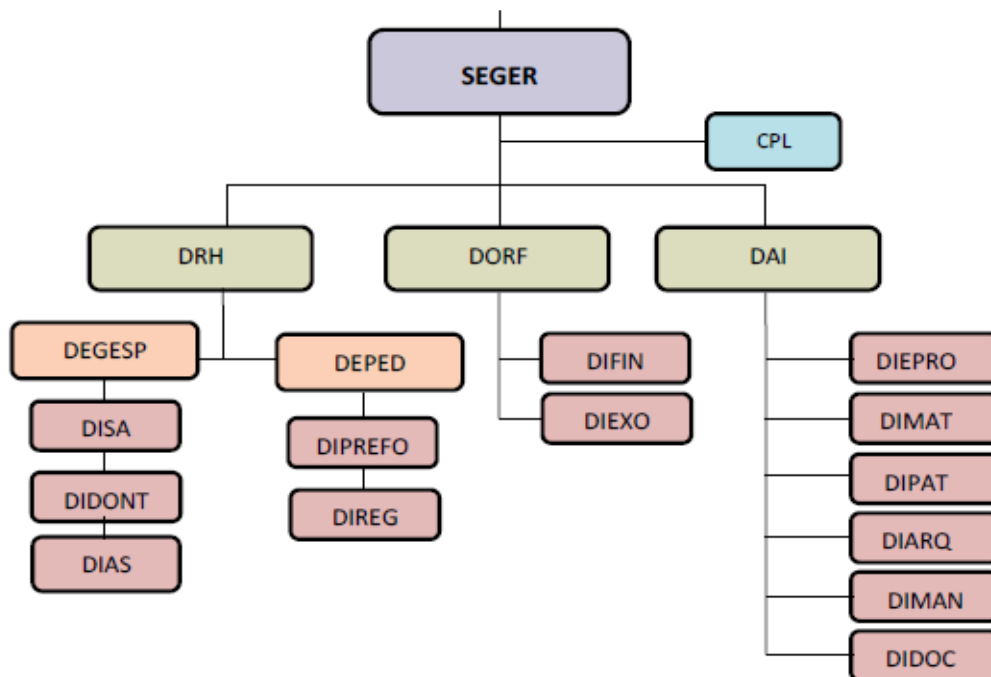
II – Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira, composta por:

- a) Divisão de Finanças – DIFIN
- b) Divisão de Execução Orçamentária – DIEXO

III – Diretoria de Administração Interna – DAI, composta por:

- a) Divisão de Expediente e Protocolo – DIEPRO
- b) Divisão de Material – DIMAT
- c) Divisão de Patrimônio – DIPAT
- d) Divisão de Arquivo – DIARQ
- e) Divisão de Manutenção – DIMAN
- f) Divisão de Biblioteca e Documentação - DIDOC

VI – Comissão Permanente de Licitação;



**RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA SEGER  
EXERCÍCIO DE 2014**

MOVIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	<b>803</b>
OFÍCIOS RECEBIDOS	<b>146</b>
MEMORANDOS EXPEDIDOS	<b>61</b>
MEMORANDOS RECEBIDOS	<b>1251</b>
OFÍCIO CIRCULAR EXPEDIDO	<b>0</b>
OFÍCIO CIRCULAR RECEBIDO	<b>1</b>
MEMORANDO CIRCULAR EXPEDIDO	<b>8</b>
REQUERIMENTOS RECEBIDOS	<b>1692</b>
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS RECEBIDA	<b>10</b>
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS EXPEDIDAS	<b>1</b>
INFORMAÇÃO RECEBIDA	<b>7</b>
DOCUMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	<b>85</b>
DESPACHOS DE ADIANTAMENTO EXPEDIDOS	<b>242</b>
DESPACHOS DE VIAGEM	<b>155</b>
PORTARIAS EXPEDIDAS	<b>6</b>
CORRESPONDÊNCIAS (OFS/NOTS/INTIM)	<b>25463</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29931</b>



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

MOVIMENTAÇÕES DIVERSAS	
DESPACHOS DE HOMOLOGAÇÃO	17
AVISOS DE LICITAÇÃO/PREGÃO	31
DESPACHOS DE INEXIBILIDADE	117
EXTRATO TERMO DE CONTRATO	22
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO	75
EXTRATOS DE TERMO DE CONVÊNIO	3
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO	2
DISPENSA DE LICITAÇÃO	10
TERMO DE APOSTILAMENTO	3
EXTRATO TERMO DE CESSÃO	0
EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS	3
PORTARIAS EXPEDIDAS	53
ERRATA DE TERMO ADITIVO CONTRATO	2
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	3
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	1
COMUNICADO PROSSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO	1
EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	24
ERRATA DE EXTRATO COOPERAÇÃO TÉCNICA	3
<b>TOTAL</b>	<b>370</b>

Fonte: SEGER



## 12. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nos termos apresentados pelos quadros esquemáticos acima, a DORF é uma Diretoria inserida na estrutura da Secretaria Geral de Administração, sendo responsável pelo controle orçamentário e financeiro das contas desta Corte, o que foi devidamente realizado no decorrer do exercício de 2014, consoante anotações a seguir expostas.

### 12.1 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Conforme Lei Orçamentária nº 3.978 de 26/12/2013, o orçamento relativo ao exercício de 2014 deste Tribunal de Contas foi fixado inicialmente no valor de R\$ 185.646.000,00 (Cento e oitenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil reais), distribuídos da seguinte forma: R\$ 137.239.000,00 (Cento e trinta e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil reais) alocado no Orçamento Fiscal e R\$ 48.357.000,00 (Quarenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e sete milhões mil reais) na execução do Orçamento da Seguridade Social.

No decorrer do exercício foram solicitados créditos suplementares no total de R\$ 33.950.000,00 (Trinta e três milhões, novecentos e cinquenta mil reais), conforme demonstração a seguir:

<b>Fixado em Lei Orçamentária</b>	<b>185.646.000,00</b>
<b>Dotação Suplementar</b>	<b>33.950.000,00</b>
Crédito Suplementar a Conta de Superávit Financeiro	15.000.000,00
Créditos Suplementar por anulação Total ou Parcial de dotação	18.950.000,00
<b>Destaque Utilizado</b>	<b>158.060,00</b>
<b>Dotação Cancelada /Remanejada</b>	<b>(18.950.000,00)</b>
<b>Reduções Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
Acréscimo de Q.D.D	15.423.000,00
Redução de Q.D.D	(15.423.000,00)
<b>Crédito Autorizado</b>	<b>200.804.060,00</b>



## 12.2 DOS RECURSOS FINANCEIROS

De acordo com o art. 5º da Lei nº 3.916 de 01/08/2013, inciso III, letra “b”, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014, foi repassado pelo Tesouro Estadual, no período de Janeiro a Dezembro de 2014, conforme percentual de 3,0 % da Receita Tributária Líquida do Estado, o valor total de R\$ 185.646.000,00 (Cento e oitenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil reais).

As receitas disponibilizadas ao longo do exercício foram contabilizadas no montante de R\$ 194.531.578,40 (cento e noventa e quatro milhões quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) cuja arrecadação ocorreu junto às instituições bancárias do Banco BRADESCO S.A, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, provenientes do Repasse mensal fixado na Lei de Diretrizes Orçamentária, de rendimentos em aplicações financeiras efetuadas junto aos Bancos, bem como, de receitas diversas totalizadas na quantia de R\$ 8.776.670,55 (oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos) detalhadas conforme demonstrativo abaixo, que refletiram no saldo financeiro do exercício de 2014 da seguinte forma:

RECEITA		
Saldo financeiro do Exercício de 2013		<b>64.933.160,55</b>
Repasse de Janeiro a Dezembro/2014 (3,0%) L.D.O	185.596.000,00	194.526.769,92
Repasse recebido de Destaque (FAPEAM)	153.515,64	
Devolução de Destaque recebida da U.E.A	583,73	
Arrendamento	30.748,56	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.689.774,95	
Devolução de adiantamento	7.010,18	
Recuperação de despesas de exercícios anteriores	1.136,94	
Restituições descontadas em Folha	339.049,92	
Outras receitas	650.450,00	
Alienações de veículos	58.500,00	
<b>TOTAL</b>		



### 12.3 DA DESPESA

As Despesas empenhadas a conta dos Créditos Orçamentários Fixados e Suplementares, totalizaram em R\$ 186.225.689,90 (Cento e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos). Entretanto, foi efetivamente liquidado R\$ 172.179.626,10 (cento e setenta e dois milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos). Deste valor fora pago o total de R\$ 172.174.635,02 (Cento e setenta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos), ficando inscritos em pagar processados a quantia de R\$ 4.991,08 (quatro mil, novecentos e noventa e um reais e oito centavos), conforme detalhamento a seguir:

Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 125.983.482,18
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 17.196.089,89
Outras despesas Correntes (custeio)	R\$ 27.799.556,10
Investimentos	<u>R\$ 1.195.506,85</u> +
	R\$ 172.174.635,02
Restos a pagar de exercícios anteriores	<u>R\$ 17.655.822,30</u> +
Total de despesa	R\$ 189.830.457,32

As despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2014, importou em R\$ 14.046.063,80 (Catorze milhões, quarenta e seis mil, sessenta e três reais e oitenta centavos).

Considerando as despesas realizadas no exercício de 2014, o saldo contábil deste Tribunal de Contas em 31/12/2014, apresenta-se da seguinte forma:

Receita	R\$ 259.464.738,95
Despesa	<u>R\$ 189.835.265,80</u> -
Saldo	R\$ 69.629.473,15

### 12.4 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em conformidade com o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, que regulamenta o Relatório de Gestão Fiscal, este Tribunal de Contas está elaborando os Anexos I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, V-Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, VI-Demonstrativo dos Resto a Pagar e VII-Demonstrativo dos Limites, que serão publicados até 31 de janeiro de 2015.



No tocante a Despesa com Pessoal este Tribunal de Contas está atendendo aos limites estabelecidos no artigo 20, II “a” e 22, parágrafo único, bem como, quanto a disponibilidade de caixa para atender as obrigações inscritas em Restos a Pagar.

## 12.5 RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS E ADITIVOS

A assinatura, desenvolvimento e conclusão dos contratos, com seus respectivos aditivos, realizados por esta Corte de Contas são controlados pela SEGER, desde a primeira etapa dos processos licitatórios até a sua conclusão e arquivamento.

Em anexo a este Relatório Anual consta o Relatório Demonstrativo de Contratos e Aditivos apresentado pela SEGER.



### 13. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos está integrada à Secretaria Geral, como uma de suas subdivisões, nos termos do art. 41, II, da Resolução n. 04/2002 – Regimento Interno, e, como atividades permanentes, esta diretoria prestou informações sobre: férias, licenças, averbações diversas, vantagem pessoal, aposentadorias, bem como controlou através de portarias e apostilas a vida funcional dos servidores deste tribunal, como também, o registro sequencial da situação desses.

Dentre suas atividades também estão a providencia de Atos e Portarias Administrativas, mediante autorização superior, controla entradas e saídas dos servidores em sua jornada de trabalho, através de sistema biométrico, realiza controle de cumprimento dos Índices de Produtividade estendida, elabora a folha de pagamento mensal, folha extras e outros serviços necessários.

Abaixo, as atividades realizadas pela Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2014:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Apostila	2986	Lançamento no Ponto	6584
Ato	125	Memorando Circular	12
Certidão	175	Memorando	204
Declaração	112	Ofício Circular	1
Despacho	50	Ofício	557
Exposição de Motivos	03	Portaria GP	463
Guia Financeira	27	Portaria SG	465
Informação	1091	Resposta a Manifestação	9
Intimação	2	Termo de Posse	117
TOTAL			<b>12983</b>



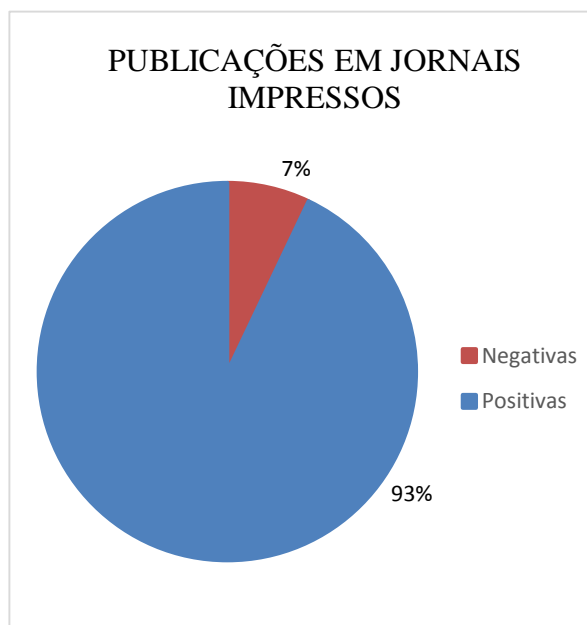
## 14. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O bom desempenho de um órgão na área de comunicação depende diretamente das estratégias planejadas pelo setor responsável. Partindo dessa máxima, a Assessoria de Comunicação não pode ser entendida como uma barreira ao trabalho da imprensa, mas como um canal facilitador, um parceiro.

Quando a parceria se estabelece, as informações repassadas pelo setor de comunicação, fazem com que o órgão não deixe de ser ouvido em nenhuma situação, da positiva à mais negativa, e seja lembrado na mais simples nota, para eventuais esclarecimentos.

Em 2014, o Departamento de Comunicação Social (DECOM) conseguiu implantar, com sucesso, algumas estratégias planejadas na área no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCEAM. De forma resumida, o resultado pode ser conferido nos números das tabelas a seguir que falam por si só.

PUBLICAÇÕES EM JORNAIS IMPRESSOS			
Mês/2014	Negativas	Positivas	Total
Janeiro	4	47	51
Fevereiro	3	70	73
Março	4	56	60
Abril	14	74	88
Maiο	5	65	70
Junho	6	109	115
Julho	6	68	74
Agosto	1	70	71
Setembro	4	39	43
Outubro	0	37	37
Novembro	3	70	73
Dezembro	9	70	79
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>775</b>	<b>834</b>



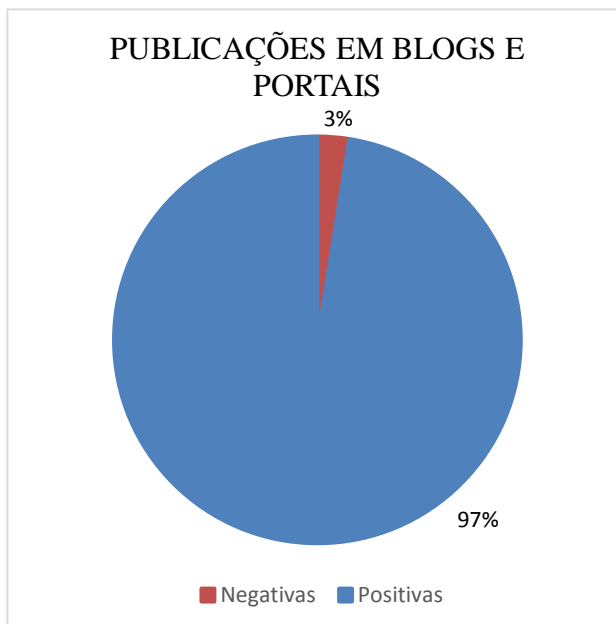
Nos 12 meses de gestão do Conselheiro Josué Filho, em 2014, por exemplo, das 834 matérias publicadas nos jornais impressos (Jornal do Comércio, Diário do Amazonas, A Crítica e Amazonas EM TEMPO) a respeito do TCE, 775 foram positivas e 59 negativas, ou seja 92,9% de matérias positivas contra 7,1% de negativas. Em média, o TCE-AM esteve nos jornais impressos todos os dias de 2014.



Ademais, o DECOM realiza o clipping eletrônico de todos os portais e blogs a partir do dia 18 de dezembro de 2013. O raio-x é feito para que nenhum veículo fique sem resposta, caso as afirmações feitas sejam injustas ou descabidas. Ao todo, são monitorados diariamente 35 portais.

Para se ter uma ideia, em 2014, foram publicadas 1.551 matérias e notas sobre o TCEAM, seja de releases encaminhados pelo DECOM, seja por produção jornalística do próprio veículo ou de reprodução de textos publicados nos jornais impressos, sendo 1512 positivas (97.4%) e 39 negativas (2.6%). Em 2012, no primeiro ano da gestão anterior, a Corte de Contas foi citada 1.183 vezes.

PUBLICAÇÕES EM BLOGS E PORTAIS			
Mês/2014	Negativas	Positivas	Total
Janeiro	2	130	132
Fevereiro	1	162	163
Março	3	171	174
Abril	8	98	106
Maiο	3	101	104
Junho	3	212	215
Julho	0	178	178
Agosto	1	70	71
Setembro	2	87	89
Outubro	3	101	104
Novembro	4	132	136
Dezembro	9	70	79
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>1512</b>	<b>1551</b>



#### 14.1 SIP, CANAL DE TRANSPARÊNCIA ATUALIZADO

O TCE foi o primeiro órgão do Amazonas a atender na íntegra a Lei de Acesso à Informação. Para isso, criou o Serviço de Informação ao Público (SIP) no Portal do Tribunal. O canal de informação, onde o cidadão pode ter acesso à qualquer informação, foi criado em 2012 pelo DECOM, que o atualiza regularmente.

#### 14.2 REDES SOCIAIS: TWITTER, FACEBOOK E YOUTUBE

Para aproximar o TCE da sociedade, o DECOM manteve atualizadas as redes sociais em que o TCE tem conta (Facebook, Twitter e YouTube). As notícias positivas



divulgadas nos portais e as publicadas no Portal do TCE são disponibilizadas nas redes sociais. A ferramenta é atualizada diariamente.

#### 14.3 DIVULGAÇÃO ANTECIPADA DAS PAUTAS

A transparência do TCE das sessões ordinárias foi mantida em 2014. Um dia antes da sessão, servidores do DECOM entram no julgamento eletrônico para estudar a pauta do dia seguinte, identificando os votos e os destaques. Depois disso, ainda no dia anterior à sessão, encaminha a pauta de processos a serem julgados por e-mail, via release.

As pautas e releases do TCE foram encaminhadas ao mailing do DECOM, que conta com 700 profissionais da imprensa local, desde o motorista da reportagem até o editor-executivo de grandes meios de comunicação.

#### 14.4 DEMANDA INTERNA

Além do trabalho de assessoria e suas atribuições, o DECOM realiza as postagens de arquivos na Intranet e no Portal do TCEAM, mantendo atualizados todos os links, dependendo da demanda. Em 2014, foram 822 postagens na Intranet e 237 no Portal do TC, conforme tabela abaixo.

<b>DEMANDA INTERNA</b>			
<b>Mês/2014</b>	<b>Intranet</b>	<b>Portal</b>	<b>Total</b>
<b>Janeiro</b>	34	14	<b>48</b>
<b>Fevereiro</b>	86	24	<b>110</b>
<b>Março</b>	68	29	<b>97</b>
<b>Abril</b>	94	26	<b>120</b>
<b>Mai</b>	73	18	<b>91</b>
<b>Junho</b>	51	25	<b>76</b>
<b>Julho</b>	68	20	<b>88</b>
<b>Agosto</b>	84	18	<b>102</b>
<b>Setembro</b>	65	13	<b>78</b>
<b>Outubro</b>	71	19	<b>90</b>
<b>Novembro</b>	65	19	<b>84</b>
<b>Dezembro</b>	63	12	<b>75</b>
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>237</b>	<b>1059</b>



## **15. DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO**

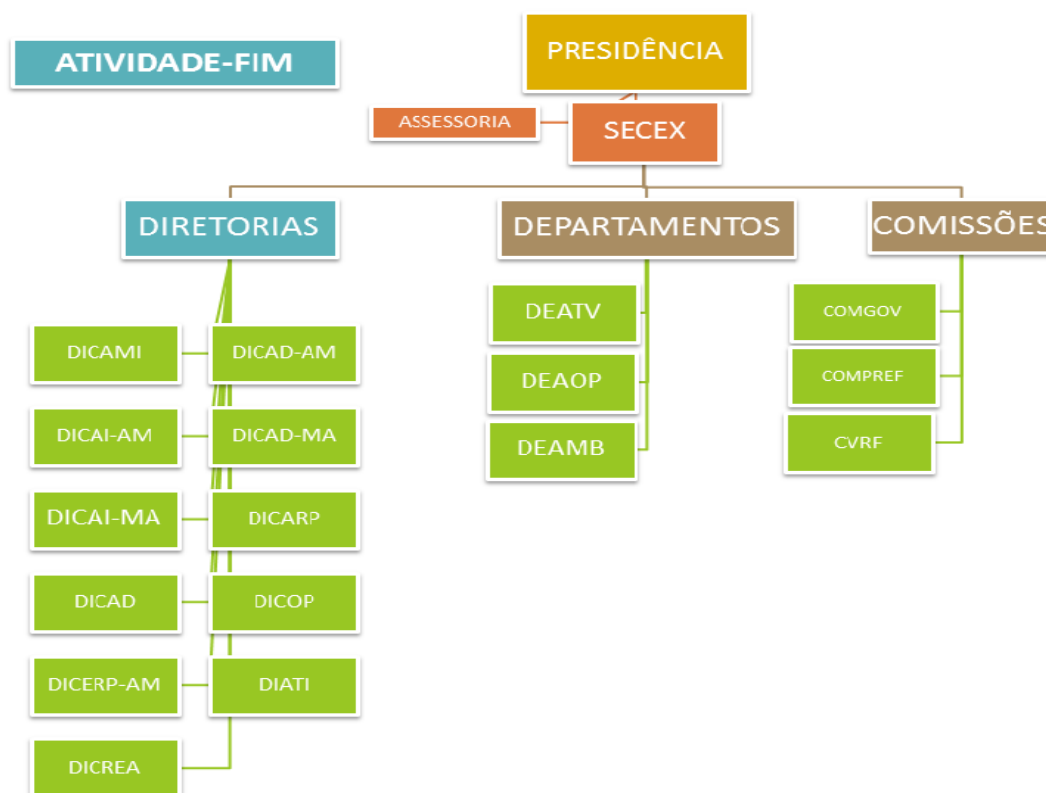
A Diretoria de Controle Interno (DCOI) é subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal com suporte administrativo da Secretaria Geral de Administração (SEGER), tendo por finalidade:

- I - acompanhar a execução do orçamento do Tribunal em todos os aspectos e fases de realização da despesa;
- II - desempenhar atividades de controle e proteção do seu patrimônio;
- III - acompanhar e verificar a comprovação da legalidade e da regularidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal;
- IV - executar todos os procedimentos pertinentes às funções de auditoria interna;
- V - representar ao Presidente do Tribunal, em caso de ilegalidade ou irregularidade que constatar;
- VI - analisar os documentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis e emitir parecer sobre as contas anuais e as operações do Tribunal;
- VII - examinar e verificar as movimentações de recursos e a regular guarda de bens e valores do Tribunal;
- VIII - receber ou tomar as contas dos responsáveis pelo almoxarifado e pelos adiantamentos dados pelo Tribunal;
- IX - desempenhar outras funções determinadas, no âmbito de sua competência, pelo Presidente ou pelo Tribunal Pleno.



## 16. SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

A Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX) é a unidade básica incumbida do planejamento e execução das atividades de controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado e tem por finalidade planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades técnicas executivas e de apoio técnico, representada pelas suas Secretarias e Departamento, necessárias ao desempenho das atribuições de controle e fiscalização, e é composta, naquilo que pertence a atividade fim do TCE, das seguintes Diretorias:



- Diretoria de Controle Externo de Administração Direta Estadual – DICAD-AM;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual – DICA-AM;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Direta do Município de Manaus – DICAD-MA;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta do Município de Manaus – DICA-MA;
- Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior – DICAMI;



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

- Diretoria de Controle Externo de Admissões - DICAD
- Diretoria de Controle Externo de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DICARP;
- Diretoria de Controle Externo de Arrecadação, Renúncias e Subvenções – DICERP;
- Diretoria de Controle Externo de Auditoria de Tecnologia da Informação – DIATI;
- Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DICOP;
- Departamento de Análise e Transferências Voluntárias – DEATV;
- Departamento de Auditoria Operacional – DEAOP;
- Departamento de Auditoria Ambiental – DEAMB;
- Comissão de Análise das Contas do Governo do Estado do Amazonas;
- Comissão de Análise das Contas do Prefeito Municipal de Manaus;
- Comissão de Verificação de Responsabilidade Fiscal.

Os quadros a seguir demonstram as Atividades da SECEX, através de suas Secretarias.

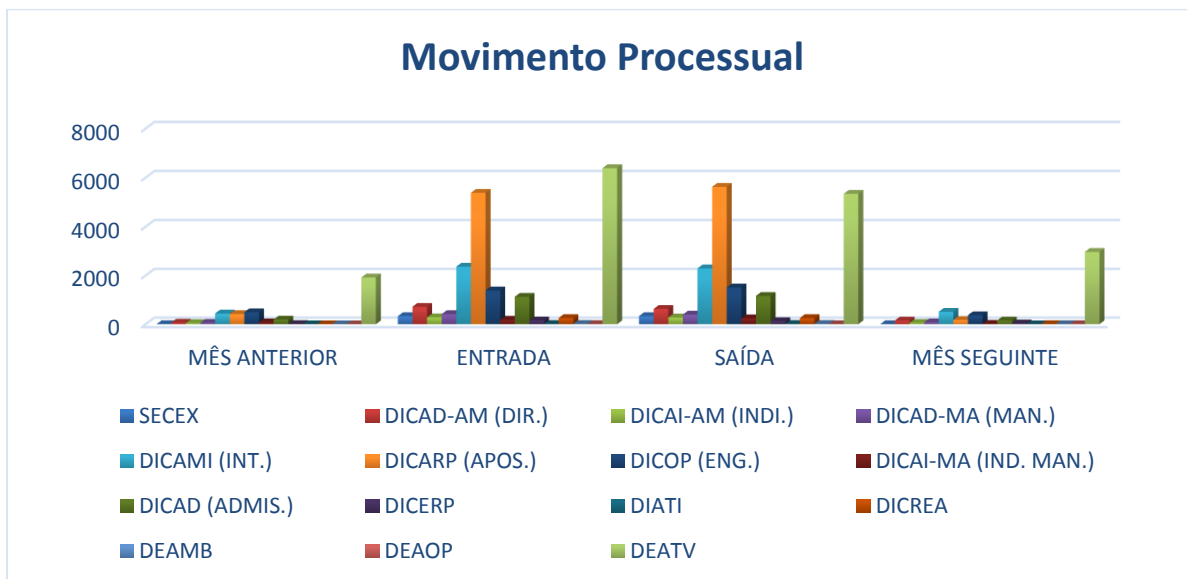
CONTROLE DE DESEMPENHO DAS UNIDADES INTERNAS DA SECEX – EXERCÍCIO DE 2014			
DIRET. E DEPART.	QTD. JURISDICIONADOS	INSPEÇÕES COMPETÊNCIA 2013	INSPEÇÕES COMPETÊNCIAS ANOS ANTERIORES
DICAD-AM (DIR.)	101	100	0
DICAI-AM (INDL.)	31	31	1
DICAD-MA (MAN.)	40	43	0
DICAMI (INT.)	148	144	0
DICERP	26	24	0
DICAI-MA (IND. MAN.)	10	10	0
DICARP (APOS.)	0	0	0
DIATI	0	4	1
DICOP (ENG.)	0	93	7
DICAD (ADMIS.)	0	0	0
DICREA	0	11	1
DEAMB	0	5	3
DEAOP	0	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>356</b>	<b>467</b>	<b>17</b>

Fonte: SECEX



MOVIMENTO PROCESSUAL – EXERCÍCIO DE 2014				
SETOR	EXERCÍCIO ANTERIOR	ENTRADA	SAÍDA	EXERCÍCIO SEGUINTE
SECEX	4	331	332	3
DICAD-AM (DIR.)	64	714	629	149
DICAI-AM (INDL.)	45	284	278	51
DICAD-MA (MAN.)	59	415	397	77
DICAMI (INT.)	441	2359	2290	510
DICARP (APOS.)	416	5381	5622	175
DICOP (ENG.)	491	1385	1507	369
DICAI-MA (IND. MAN.)	77	184	244	17
DICAD (ADMIS.)	191	1123	1161	153
DICERP	6	156	128	34
DIATI	0	13	13	0
DICREA	0	254	252	2
DEAMB	0	13	12	1
DEAOP	0	7	3	4
DEATV	1916	6386	5338	2964
<b>TOTAL</b>	<b>3710</b>	<b>19005</b>	<b>18206</b>	<b>4509</b>

Fonte: SECEX



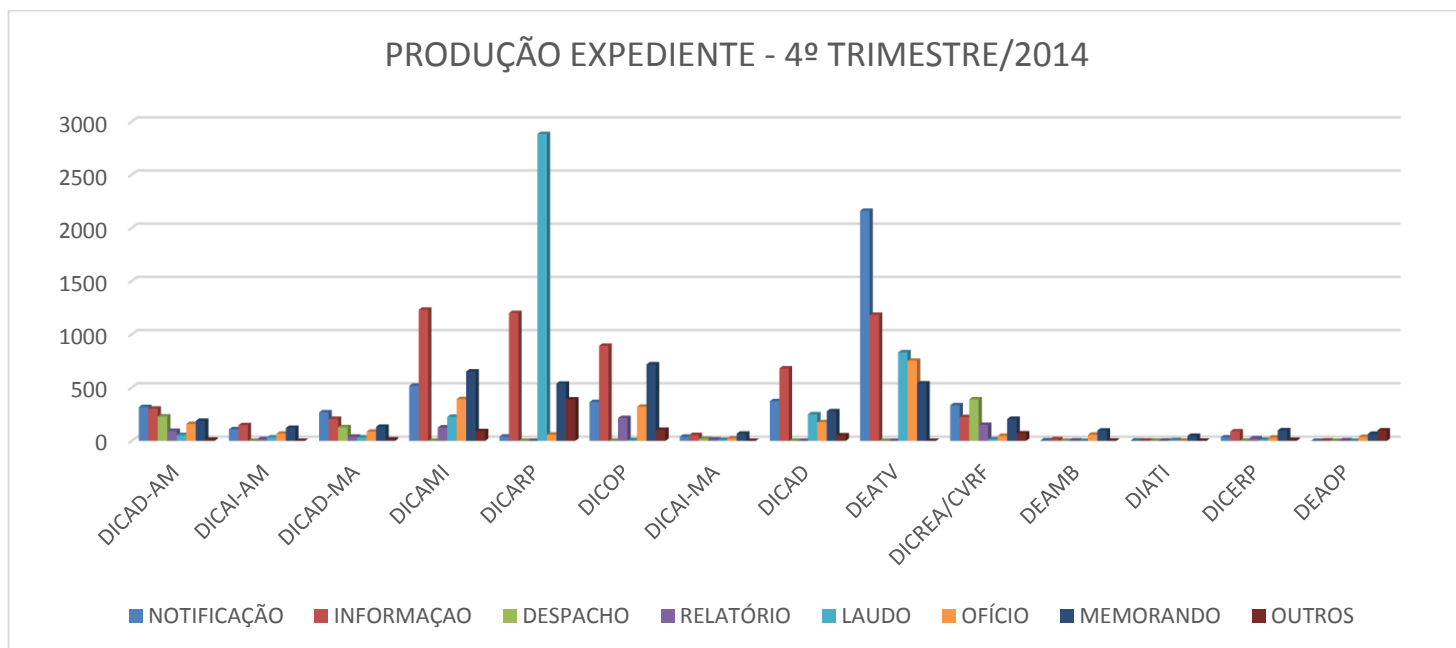
Fonte: SECEX



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

PRODUÇÃO EXPEDIENTE - 4º TRIMESTRE 2014															
DOCUMENTO	DICAD-AM	DICAI-AM	DICAD-MA	DICAMI	DICARP	DICOP	DICAI-MA	DICAD	DEATV	DICREA/CVRF	DEAMB	DIATI	DICERP	DEAOP	TOTAL
NOTIFICAÇÃO	317	109	268	518	40	365	39	373	2161	334	4	3	33	0	4564
INFORMAÇÃO	302	148	206	1231	1200	892	55	680	1183	223	15	2	89	3	6229
DESPACHO	229	0	128	0	0	0	19	0	0	390	0	1	1	0	768
RELATÓRIO	93	17	39	126	0	214	13	0	0	150	3	2	23	4	684
LAUDO	55	33	33	226	2883	7	9	249	831	16	0	6	11	0	4359
OFÍCIO	159	67	87	392	58	321	23	175	752	47	58	1	31	37	2208
MEMORANDO	188	122	132	651	537	718	68	278	539	206	97	47	99	66	3748
OUTROS	11	0	13	91	389	104	0	52	0	70	2	1	9	98	840
<b>TOTAL</b>	<b>1354</b>	<b>496</b>	<b>906</b>	<b>3235</b>	<b>5107</b>	<b>2621</b>	<b>226</b>	<b>1807</b>	<b>5466</b>	<b>1436</b>	<b>179</b>	<b>63</b>	<b>296</b>	<b>208</b>	<b>23400</b>

Fonte: SECEX



Fonte: SECEX



## 17. ARQUIVAMENTO E REDUÇÃO DE ESTOQUE

Para melhor esclarecer a quantidade de processos arquivados pela DIARQ, apresentamos um quadro comparativo com o número de autuações realizadas pela DIEPRO, nos termos a seguir:

No exercício de 2014, foram autuados **8.802** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa. Neste mesmo período foram arquivados **12.365** processos, conforme o quadro abaixo:

DIARQ	MOVIMENTAÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
	TOTAL DE PROCESSOS ARQUIVADOS	3241	2810	3006	3308	<b>12365</b>
	TOTAL DE PROCESSOS REQUISITADOS	590	403	820	932	<b>2745</b>
	TOTAL DE CONSULTAS LOCAIS NO SERVIÇO DE ARQUIVO	4500	5650	5650	6650	<b>22450</b>

**Total de Arquivamentos e outras consultas. (Fonte: DIARQ)**

Meses	Estoque de Processos 2014	% Redução (referente a 31/12/13)	% Redução Mensal
Dezembro - Ano de 2013	<b>14.719</b>		
<b>Janeiro</b>	14.514	1,4%	1,39%
<b>Fevereiro</b>	14.472	1,7%	0,29%
<b>Março</b>	14.416	2,1%	0,39%
<b>Abril</b>	14.560	1,1%	+1,00%
<b>Mai</b>	14.355	2,5%	1,41%
<b>Junho</b>	14.050	4,5%	2,12%
<b>Julho</b>	13.918	5,4%	0,94%
Agosto	<b>13.877</b>	<b>5,7%</b>	<b>0,29%</b>
Setembro	<b>13.605</b>	<b>7,6%</b>	<b>1,96%</b>
Outubro	<b>13.124</b>	<b>10,8%</b>	<b>3,54%</b>
Novembro	<b>13.214</b>	<b>10,2%</b>	<b>+0,69%</b>
Dezembro	<b>13.010</b>	<b>11,6%</b>	<b>1,54%</b>

**Redução do Estoque Mês a Mês (Fonte: DEPLAN)**

Sobre este tema, destacamos que:



a) Os processos em estoque, quando individualmente considerados, mudam constantemente, tendo em vista que diversos processos já arquivados podem ser desarquivados em momento posterior para tramitarem em apenso a outros processos por alguma das hipóteses de conexão ou continência, tais como recursos de revisão ou os processos de aposentadoria de mesmo beneficiário, de forma que um mesmo processo pode já ter sido arquivado, mas constar no sistema como processo em estoque.

b) Em Abril, o estoque aumentou em decorrência da entrada/autuação das Prestações de Contas dos Jurisdicionados.

c) Nos meses de abril a julho os servidores lotados na SECEX participaram das Comissões de Inspeção nos Municípios do Interior, provocando o esvaziamento de vários setores (DICAMI, DEATV, DICOP, DICAD, DICAÍ, DICARP), fato que explica certa estabilização dos percentuais de redução observados no gráfico acima;

d) Observamos maior aceleração no índice de redução a partir de Agosto, devido aos feriados da Copa do Mundo.



## **18. CONCLUSÃO**

Este Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresentado nesta estrutura, objetivou, principalmente, dar transparência às ações desta Corte de Contas aos jurisdicionados e à sociedade como um todo.

Tal prática propicia, ainda, ao corpo diretivo, através dos dados e informações reunidos neste relatório, a avaliação interna das atividades e a produtividade dos diversos setores que compõe a estrutura deste órgão, possibilitando, assim, o aprimoramento dos serviços prestados.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2015

